

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Problema a menos	2
Título: Sem calendário de reajuste	3
Título: Congelamento do preço do diesel traz pouco efeito	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: União e estados perdem R\$ 2,4 bi em tributos com caminhoneiros	6
Título: ANP decide não intervir no prazo para a Petrobras reajustar preços de combustíveis	9
Título: Governo já avalia liquidação das distribuidoras	10
Título: Venezuela vende petróleo para China e recebe arroz do Brasil	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: A eles, as batatas	13
Título: Distorções da política artificial do óleo diesel	15
Título: ANP não vai definir prazo de reajustes da Petrobrás	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	18
Título: Abiplast prepara consulta ao Cade sobre venda da Braskem	18
VEÍCULO: Valor Econômico	21
Título: União deveria pagar por Ceal, afirmam analistas	21
Título: País deve limpar matriz energética a partir do transporte, defende instituto	22
Título: Setor privado faz propostas para mercado de carbono	24
Título: Governo deve anunciar ampliação de despesas	25
Título: ANP decide não fixar prazos para reajuste de combustível	26
Título: Cemig busca sócios para investir em geração distribuída	28
Título: Leilão da subsidiária de telecom tem 17 interessados	30

Título: Conflito sobre GSF gera mal-estar entre CCEE e BTG	31
Título: CVM pede novas explicações à State Grid sobre CPFL.....	33

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Problema a menos

O setor elétrico comemora o que pode ser o fim de um dos principais passivos da indústria, o da chamada conta GSF, provocado pela geração das hidrelétricas abaixo do previsto. O texto aprovado pelo Congresso que facilitou a venda das distribuidoras da Eletrobras também abordou esse rombo do setor hídrico. Para se ter uma ideia, há R\$ 6 bilhões em contestação na Justiça, e o número poderia chegar a R\$ 13 bilhões até o final do ano.

As geradoras alegam que o risco hidrológico está muito elevado, acima do previsto nos modelos, porque o país enfrenta o quarto ano seguido de seca. Por isso, foram à Justiça. A solução encontrada na Câmara é vista por técnicos da área como boa para todas as partes. As geradoras ganharam mais três anos de concessão, e com isso vão assumir esse passivo. Em contrapartida, irão retirar as ações. Já os consumidores e o governo ficam sem o risco de ter que assumir o prejuízo. Por ora, a judicialização continua, porque o texto ainda precisa ser aprovado no Senado, em agosto.

Ventos recordes

A Abeeólica, associação que representa as geradoras de energia eólica, contabilizou um novo recorde de geração de energia pelos ventos no Brasil. No último dia 13, o país gerou 6,55 GWmed, quebrando a marca de 6,2 GWmed de 21 de julho do ano passado. A expectativa é de novos recordes nos próximos meses, porque a temporada de ventos deve ser favorável no Nordeste este ano, onde estão instalados 80% dos parques eólicos. Com o baixo nível de água nos reservatórios da região, a energia dos ventos tem aumentado cada vez mais a sua importância no sistema elétrico brasileiro. Essa carga produzida no Nordeste tem sido "exportada" para outras regiões do país.

Gangorra eleitoral

A volatilidade é a marca desse período eleitoral, em que nem todos os candidatos competitivos deixam claro seu compromisso com as reformas. Nos 30 minutos finais do pregão de ontem, a cotação da Petrobras avançou R\$ 7 bilhões com o rumor de que partidos do "Centrão" vão apoiar a candidatura reformista de Geraldo Alckmin, que até aqui patina nas pesquisas. O empenho dos candidatos mais bem colocados na disputa com o equilíbrio fiscal ajudaria a dissipar as dúvidas de investidores, empresários e consumidores. Enquanto isso não acontecer, a gangorra continuará.

A colunista está de licença

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez, Bruno Rosa E Marcello Corrêa

Título: Sem calendário de reajuste

ANP desiste de fixar frequência de aumento e diz que saída é ter mais competição e transparência

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) anunciou ontem que desistiu de fixar a periodicidade dos reajustes de combustíveis. A decisão ocorreu pouco mais de um mês depois de o órgão regulador informar que faria uma consulta pública sobre o assunto, logo após o fim da greve dos caminhoneiros. Na ocasião, o diretor-geral da agência, Décio Oddone, havia afirmado que o tema era de interesse da população, que buscava "maior estabilidade de preços".

A medida, polêmica, chegou a ser criticada por especialistas que viam a ação como uma forma de intervenção do Estado nas leis de livre mercado. Depois de receber contribuições de consumidores finais, revendedores, transportadores, consultorias e distribuidores, a agência concluiu que não adotará uma frequência mínima de reajustes de preços de combustíveis no produtor ou nos demais elos da cadeia de abastecimento. — O estudo técnico demonstrou que existe solução mais eficiente do que estabelecer uma periodicidade mínima para o reajuste de preço dos combustíveis. Precisamos de mais transparência e competição — afirmou Oddone. — Não vamos adotar medidas emergenciais, circunstanciais, que não tenham sustentabilidade no longo prazo.

A consulta pública foi anunciada pelo governo no começo de junho, poucos dias depois de o país enfrentar uma crise de desabastecimento durante os dez dias de paralisação dos caminhoneiros. Na ocasião, para pôr fim aos protestos, o governo reviu a política de reajustes da Petrobras, com subsídio ao diesel e o lançamento da consulta pública. A avaliação na época era que faltava "previsibilidade" aos preços.

Antes dessa mudança, a Petrobras repassava quase que automaticamente ao consumidor as flutuações no preço do petróleo e do dólar no mercado internacional. Quando as duas variáveis começaram a subir rapidamente, os caminhoneiros alegaram que havia uma disparada de custos e iniciaram os protestos.

MAIS CONCORRÊNCIA NO REFINO

A partir das sugestões recebidas, a ANP elaborou uma série de recomendações para que o mercado tenha uma melhor formação de preços. As ações devem ser discutidas em consulta pública e devem resultar numa resolução dentro de dois meses. As medidas incluem transparência na formação dos preços e a determinação de que as empresas não devem ter periodicidade fixa para reajuste nem divulgar antecipadamente a data de aumento dos preços dos produtos. Além disso, a ANP pretende informar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) quanto à necessidade de avaliação da estrutura de refino no país.

A ideia é estimular a entrada de concorrentes no setor e a competição, o que teria efeito benéfico sobre os preços. A agência ainda deve apresentar aos ministérios da Fazenda e de **Minas e Energia** as sugestões que recebeu de adoção de mecanismos tributários para amortecer os reajustes aos consumidores. Este é um dos caminhos defendidos por parte dos especialistas. Na semana passada, o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, se manifestou a favor de um imposto flexível para os produtos, que aumentaria em períodos de preço baixo e diminuiria quando o valor estivesse em alta. Seria uma alternativa para evitar grandes variações de preço de uma só vez.

Segundo Oddone, em relação à transparência, a avaliação é que devem ser divulgados os preços praticados em cada refinaria e não mais uma cotação média. — Isso vai ser bom para o consumidor porque a maior transparência na formação de preços aumenta a competitividade e dá segurança aos agentes econômicos. Hoje, a Petrobras tem o monopólio do refino, com 98% do mercado. Precisamos de um mercado em que agentes importadores ou produtores tenham capacidade de maior competição — disse. Para Giovani Loss, sócio do escritório de advocacia Mattos Filho e especialista em óleo e gás, a decisão da ANP não resolve o problema e deixa em aberto o risco de novos protestos. — A questão central é que o setor de refino precisa de mais competição.

A ANP orienta que o Cade faça uma avaliação da estrutura de refino no país, mas esta não é uma solução rápida. O governo vai levar tempo, e isso só terá resultado a médio e longo prazos — disse Loss, que cita como entrave à entrada de concorrentes no refino a liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal

(STF) Ricardo Lewandowski, que proíbe a venda de estatais sem o aval do Congresso. — Essa decisão torna o processo ainda mais complexo a curto prazo.

"FESTIVAL DE ERROS NA GREVE"

Na avaliação do consultor de petróleo John Forman, ex-diretor da ANP, interferir na periodicidade dos reajustes seria um equívoco. Ele defende que o monopólio da Petrobras no refino distorce o mercado e é uma questão a ser analisada pelo Cade: — Essa coisa toda da greve dos caminhoneiros foi um festival de erros do início ao fim. A redução de R\$ 0,46 do diesel não se efetivou.

A ideia de tentar estabelecer uma periodicidade é uma interferência na política interna de cada empresa. Outros analistas, porém, temem o custo da indefinição: — Depois de tudo que passamos, deixar como está não é a melhor solução — disse um executivo do setor, que pediu para não ser identificado.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Congelamento do preço do diesel traz pouco efeito

Diferença em relação à antiga política da Petrobras é inferior a R\$ 0,05 por litro

A complexa engenharia feita pelo governo para reduzir os preços do diesel nas bombas para pôr fim à greve dos caminhoneiros teve poucos resultados, como antecipou o colunista do GLOBO Ancelmo Gois. Segundo cálculos feitos por Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), caso a Petrobras tivesse mantido a política de repasse da flutuação dos preços no mercado internacional, o produto estaria cotado nas refinarias a R\$ 2,0746 o litro, preço 2% acima da cotação atual, de R\$ 2,0316, que segue congelado.

Na prática, a diferença é inferior a R\$ 0,05 por litro. A diferença entre os dois momentos é resultado da variação do preço do petróleo. No fim de maio, o barril estava cotado a US\$ 80 no mercado internacional. Agora, está em torno de US\$ 68. Pires lembra que o governo se comprometeu a reduzir o valor do litro do combustível em R\$ 0,46, dos quais R\$ 0,30 viriam da queda do preço na refinaria, o que é subsidiado pelo governo. A política de redução de preços terá um gasto de R\$ 9,5 bilhões para o governo. — Toda essa confusão, que trouxe de volta tabelamento, congelamento e ressarcimento, serviu para reduzir o preço do diesel em apenas 2%. Isso porque o governo não entende que o preço do petróleo é volátil. No momento da greve, estava acima dos US\$ 80 o barril. Agora, está abaixo dos US\$ 70.

E o mais grave é que essas medidas vão impedir qualquer tentativa de quebra de monopólio de refino no Brasil — alertou Adriano Pires. Nas bombas, a redução também foi pequena, da ordem de R\$ 0,10 por litro no país. Segundo a pesquisa de preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP), na semana de 8 a 14 deste mês, o diesel estava sendo vendido a um valor médio de R\$ 3,388 contra R\$ 3,482 o litro na primeira semana de junho. No Estado do Rio, a queda foi menor: o diesel está custando R\$ 3,455 o litro contra R\$ 3,482 o litro na primeira semana do mês passado.

David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da ANP, avalia que o tabelamento de preços é algo que não se mostrou eficaz: — Congelamento é medieval. É um mecanismo ruim, pois se o petróleo baixar mais o consumidor não terá o benefício. (Ramona Ordoñez e Bruno Rosa)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Flavia Lima

Título: União e estados perdem R\$ 2,4 bi em tributos com caminhoneiros

Arrecadação do ICMS caiu 4% e da Cide, 20%; bebidas contribuíram 24% menos com paralisação

São Paulo- A paralisação dos caminhoneiros em maio pode ter causado um efeito negativo duplo sobre a trajetória das contas públicas. Além de elevar os gastos, por causa das concessões feitas ao setor, houve perda de arrecadação em diferentes tributos federais e estaduais.

Estimativas preliminares indicam que mais de R\$ 2,4 bilhões deixaram de entrar no caixa do setor público, em especial, do Estados.

Embora a paralisação tenha ocorrido em maio, os efeitos dela sobre a arrecadação aparecem em junho porque, para a maior parte dos tributos, o fato gerador — o que dá origem ao tributo — ocorre no mês anterior ao pagamento.

Os dados definitivos de junho só serão conhecidos no fim de julho, em divulgação feita pela Receita Federal.

No entanto, os dados já disponíveis indicam que a arrecadação de tributos federais administrados pela Receita (o que exclui, por exemplo, os royalties do

petróleo) caiu cerca de 0,4% em junho sobre igual mês do ano passado, já descontada a inflação, levando à primeira taxa negativa do ano.

Os estragos mais fortes ocorreram sobre o recolhimento de impostos sobre bens e serviços, o ICMS, a principal receita dos estados. O recuo deve chegar a 4,2% — o pior resultado registrado desde fevereiro de 2017.

Segundo o levantamento do Ibre/FGV, os estados nos quais a arrecadação do ICMS mais caiu estão entre aqueles com mais problemas fiscais: Rio Grande do Sul (-11,3%) e Minas Gerais (-8,1%).

O levantamento preliminar foi feito com exclusividade para a Folha pela economista Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Os dados federais têm como base o Siafi (sistema de acompanhamento das contas públicas em tempo real).

No caso do ICMS, os números foram obtidos no portal da transparência e cobrem cerca de 70% de tudo que é arrecadado pelos governos estaduais com o tributo.

Como já era de se esperar, os dados do Siafi apontam que a arrecadação com a Cide, a contribuição sobre combustíveis — o estopim dos protestos — despencou mais de 20% em junho sobre igual período do ano passado.

Mas seguindo uma queda de quase 11% da produção industrial em maio em relação a abril, o IPI (imposto sobre produtos industrializados) foi ainda mais afetado.

Os dados do Siafi indicam que a arrecadação com o IPI sobre fumo, por exemplo, caiu mais de 25%. No imposto sobre bebidas, o recuo foi de 24%, enquanto o volume arrecadado com o IPI sobre automóveis perdeu mais de 10%.

Nos meses anteriores a maio, o bom desempenho da produção industrial, além da venda de bens e de serviços estavam entre os principais fatores a puxar a arrecadação federal.

Em maio, o desempenho ruim de comércio e serviços explica a forte queda na arrecadação do ICMS, que vinha de dois meses de expansão significativas. Foram 4% de aumento em abril e outros 6,5% em maio.

O setor de serviços caiu 3,8% em maio sobre abril, o pior desempenho da série histórica. Já as vendas no varejo registraram, em maio, o resultado mais fraco para o mês desde 2016, em queda de 0,6%.

"A greve dos caminhoneiros causou um choque no comércio e serviços e espera-se que os impactos sejam sentidos mais no ICMS e no ISS (imposto sobre serviços)", diz Vilma Pinto, pesquisadora do Ibre/FGV, ao ressaltar que outros fatores econômicos podem ter influenciado o resultado negativo.

Para o advogado especialista em tributação Eduardo Fleury, do escritório FCRLaw, a arrecadação do ICMS tem uma forte dependência dos chamados preços administrados, em especial energia elétrica, combustível, fumo, bebidas e telecomunicações.

Logo, diz o advogado, a estimativa faz sentido, visto que durante duas semanas o país parou de vender combustível, de transportar carros, cigarros e bebidas.

Os maiores efeitos devem ser sentidos em estados grandes, onde mais de 30% da arrecadação vem de produtos como combustíveis e energia, afirma Fleury.

"Isso ocorre porque as alíquotas são mais elevadas para alguns desses produtos e também porque eles representam uma parte importante da atividade econômica", diz.

Em São Paulo, porém, o levantamento indica queda menos robusta, de 2,6% na receita com o ICMS em junho.

Em tempos de forte pressão do Congresso por mais gastos e também de escassez de recursos dos estados para investimentos básicos em saúde, segurança e educação, os dados preocupam, dizem economistas, em especial se não se confirmarem como fenômeno temporário.

A percepção geral, contudo, é que os efeitos dos dez dias úteis de protestos sobre a arrecadação será localizado, devendo se dissipar nos próximos meses.

Fleury diz ser provável que a recuperação nos dados de arrecadação se distribua entre os meses de julho e agosto.

Mas se junho foi ruim para a arrecadação de impostos incidentes sobre bens e serviços e também sobre produtos industrializados, alguns tributos mostraram fôlego importante no período.

O destaque foram os impostos ligados à importação.

Os dados preliminares do Ibre/FGV mostram que a arrecadação com imposto sobre importação subiu 27% em junho sobre igual período de 2017, enquanto a receita com o IPI vinculado à importação avançou 36%.

Os dados do Siafi mostram ainda que a receita com imposto de renda cobrado de residentes no exterior subiu 22%. Já o imposto de renda das empresas cresceu 10%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Lucas Vettorazzo

Título: ANP decide não intervir no prazo para a Petrobras reajustar preços de combustíveis

Rio de Janeiro- A ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), que regula o setor de exploração e produção de petróleo e combustíveis no país, divulgou na noite desta quinta-feira (19) que não irá mais fixar uma periodicidade mínima para reajuste de combustíveis no país.

Com a manifestação, a Petrobras mantém autonomia para fazer os reajustes nos prazos que julgar necessários.

A decisão ainda precisará passar por uma consulta pública com a sociedade, além de ser aprovada em reunião de diretoria.

A expectativa é que a medida passe a ser determinação formal da agência em até 60 dias, afirmou o diretor-geral da ANP, Décio Oddoni.

Evitar fixar um prazo mínimo para reajuste de combustíveis foi uma sugestão de representantes do setor de combustíveis em uma chamada pública promovida pela ANP

A coleta de contribuições junto ao mercado resultou em 146 manifestações sobre mudanças no segmento.

A agência então fez estudos e concluiu que não seria necessário estipular um prazo mínimo para reajustes.

A norma, quando aprovada, terá impacto no setor de refino, hoje praticamente monopólio da Petrobras, e também na distribuição, que é pulverizada.

A fixação de prazo mínimo foi medida cogitada para diminuir os impactos da nova política da Petrobras no preço dos combustíveis aos consumidores finais.

A estatal usa como referência o preço internacional do barril do petróleo para decidir por variações diárias nos preços cobrados pelos produtos que deixam suas refinarias. A política foi posta em xeque após a paralisação dos caminhoneiros.

Na ocasião, o governo federal tentou manobra para derrubar o preço. O estabelecimento de uma periodicidade mínima, porém, gerou fortes críticas de que o governo estaria intervindo na economia além do desejável.

Após receber as recomendações do setor e elaborar um estudo sobre o tema, a ANP decidiu descartar de vez a possibilidade de adotar mecanismos de controle.

Em vez disso irá determinar que as empresas só divulguem reajustes de preço no dia efetivo que eles ocorrerem. Segundo Oddoni, a medida tenta impedir que distribuidores façam reajustes abusivos.

Hoje, a Petrobras avisa ao mercado um dia antes sobre os reajustes. Na maioria das vezes, o preço do combustível em estoque no posto é reajustado, apesar de ter sido adquirido pelo valor antigo.

A ANP decidiu também que as empresas terão de divulgar seus preços por ponto de venda e não mais por meio de médias aritméticas. Atualmente, a Petrobras divulga um preço médio cobrado no Brasil.

A ideia é que o valor expresso seja o cobrado, respeitando as diferenças regionais.

Outra decisão anunciada foi que as refinarias terão de divulgar a composição do preço. Novamente, a medida atinge a Petrobras

A ANP fez um estudo prévio sobre a concentração do mercado de refino no Brasil, que será enviado ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão que regula a concorrência no país.

A proposta é que os dois órgãos façam um estudo conjunto para identificar se há gargalos pela concentração do setor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo já avalia liquidação das distribuidoras

São Paulo- O governo federal se prepara para um eventual cenário em que a Eletrobras decida liquidar suas distribuidoras de energia que atuam no Norte e Nordeste, o que poderia acontecer no caso de um fracasso na privatização das empresas, prevista para leilões em julho e agosto.

O secretário de energia elétrica do **Ministério de Minas e Energia**, lido Grudtner, enviou à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) nesta semana um ofício em que questiona o regulador sobre os prazos para uma licitação que transfira as operações das distribuidoras a novas empresas, caso a Eletrobras decida liquidar as subsidiárias ao invés de vendê-las.

A Eletrobras convocou para 30 de julho uma assembleia de acionistas que irá deliberar sobre a prorrogação do ano do prazo máximo para privatização delas. Mas apauta do encontro prevê a possibilidade de os acionistas decidirem pela liquidação das empresas que não forem ser vendidas.

Segundo o ofício, o ministério quer que a Aneel apresente informações sobre como seria certame ou o que fazer em caso de liquidação.

Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Mauro Zafalon

Título: Venezuela vende petróleo para China e recebe arroz do Brasil

País asiático paga óleo aos vizinhos com cereal e beneficia produtor brasileiro

São Paulo- A Venezuela sempre foi um bom parceiro para o Brasil no setor de agro-negócio. A crise econômica e financeira pela qual passa o país, no entanto, quebrou essa cadeia nos anos recentes.

Em 2014, as importações venezuelanas de alimentos brasileiros somavam US\$ 2,9 bilhões (R\$ 11,3 bilhões), valor que recuou para US\$ 289 milhões (R\$ 1,2 bilhão) em 2017.

Um produto, porém, reapareceu com força na pauta de exportação brasileira e começa a ganhar espaço na Venezuela em 2018. E o arroz.

As importações do país vizinho somaram 7.759 toneladas deste cereal de janeiro a junho do ano passado. Neste ano, já são 302 mil.

A chave do sucesso para a volta do arroz brasileiro à Venezuela passa pela China.

Tradings internacionais que operam com várias commodities garantem o pagamento do produto brasileiro que é enviado para o país vizinho.

Essas tradings pagam os exportadores do Sul e recebem, em troca, petróleo venezuelano que é enviado para a China.

As vendas estão aquecidas e devem superar 500 mil toneladas neste ano, segundo estimativas do mercado.

Os venezuelanos antes eram abastecidos por arroz dos Estados Unidos. A crise política entre os dois países, contudo, fez o foco das importações se voltar para a Argentina. As relações entre a Venezuela e o governo Mauricio Macri também se desgastaram, o que permitiu o avanço do Brasil nesse mercado.

A Venezuela tem enfrentado problemas em negociações.

As instituições financeiras estão com dificuldade para fazer transações com o país vizinho, o que teria provocado falta de pagamento, por exemplo, da Eletrobras à estatal de energia da Venezuela, que fornece a luz de Roraima.

A restrição estaria ligada ao embargo dos EUA à Venezuela, que impede operações de bancos com o país, restrição que afeta as instituições brasileiras indiretamente, pelo caráter globalizado do setor financeiro e pelo fato de os repasses serem feitos em dólar.

No agronegócio, a demanda venezuelana pelo arroz é grande. As importações chegam a 1 milhão de tonelada por ano e abrem espaço para o Brasil.

As vendas externas brasileiras são importantes porque ajudam a dar giro ao arroz.

O mercado interno está muito lento e novos destinos podem dar mais competitividade ao setor.

O Brasil já tem negócios garantidos para a exportação de 1,5 milhão de tonelada neste ano, mas o volume poderá chegar a 1,8 milhão, segundo as estimativas mais otimistas do mercado. No primeiro semestre, as vendas somaram 740 mil toneladas.

Internamente, produtores reclamam dos elevados custos de produção e da falta de reação dos preços nos últimos cinco anos. Comisso, as receitas do setor deste ano, descontada a inflação, deverão ser as menores em três décadas.

O valor bruto de produção do cereal recuará para R\$ 9 bilhões em 2018, metade do valor de 2004, quando atingiu o recorde de R\$ 18 bilhões, segundo o Ministério da Agricultura.

O Brasil precisa de novas alternativas de mercado porque o arroz vem sofrendo uma acirrada concorrência dos produtores do Mercosul, que têm custo menores.

Essa concorrência tirou muitos agricultores da atividade, principalmente os que estão fora do Rio Grande do Sul, principal produtor do país.

Dificuldades de importações, por causa do valor do dólar, podem ajudar os produtores do Sul a manter uma área de cultivo próxima de 1 milhão de hectares.

A aceleração das exportações brasileiras de arroz para a Venezuela poderão reduzir ainda mais os estoques internos do produto.

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) estima um volume de sobra de safra de apenas 321 toneladas, suficiente para dez dias.

A saca de arroz é negociada a R\$ 42, em média, no Rio Grande do Sul, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

Os números da Conab para o arroz são: produção de 11,8 milhões de toneladas, consumo de 12 milhões, importação de 1 milhão e exportação de 1,2 milhão.

Colaborou Tais Hirata

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Elena Landau

Título: A eles, as batatas

Enfim o leilão de uma distribuidora da Eletrobrás foi confirmado. A Cepisa, baseada no Piauí, deverá ser vendida no próximo dia 26. Há dois anos os acionistas da estatal de energia decidiram vender ativos de distribuição. Cansados de bancar os prejuízos bilionários, e impotentes, ou coniventes muitas

vezes, frente à ingerência política, os acionistas também decidiram liquidar esses ativos em caso de insucesso no leilão. Depois dos desmandos da era Dilma, alguém precisava dar limites ao desperdício de recursos públicos na Eletrobrás.

Uma sequência de erros tornou essa privatização mais complicada do que o necessário. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não deram a prioridade que o processo pedia e levaram um ano para chegar a um resultado previsível: essas empresas têm valor negativo. O relevante não é o preço de venda, mas sim estancar a sangria, repassar as dívidas e gerar ambiente para novos investimentos. Conclusão óbvia para todos que acompanham o setor.

As outras subsidiárias ficaram para 30 de agosto. Dependem da votação no Senado do Projeto de Lei 10.332/2018, aprovado na Câmara antes do recesso parlamentar. Ele viabiliza financeiramente a empresa do Amazonas e permite sua desverticalização, liberando a distribuidora para ser vendida em bloco com as outras do Norte (Acre, Rondônia e Boa Vista). A venda da Ceal (Alagoas) segue suspensa em razão de decisão específica, do Supremo Tribunal Federal (STF). O governo alagoano, dono da estatal até 1996, quando ela foi transferida para a União, discorda do modelo de venda e acredita que ainda tem algo a receber pela distribuidora – quando é justamente o contrário, a União é que é credora do Estado.

As distribuidoras não têm viabilidade na mão do Estado. Os números falam por si. O valor presente delas seria negativo, acima de R\$ 10 bilhões. Só em 2017 elas custaram R\$ 4,7 bilhões para a Eletrobrás e este ano, sem a venda, esse valor poderá chegar a R\$ 6 bilhões. Nos 20 anos que estiveram nas mãos da estatal absorveram quase R\$ 30 bilhões. A holding controladora nunca conseguiu impor ajustes. Ainda é cedo para comemorar porque a classe política não parece preocupada nem com a Eletrobrás nem com crise fiscal e, muito menos, com a população local. Só não quer abrir mão de seus pequenos poderes locais para indicar apadrinhados para cargos nas empresas.

Nenhum interesse republicano existe na manutenção dessas estatais. Os diversos sindicatos que transitam na órbita da estatal são um outro grupo de resistência. O salário médio das distribuidoras da Eletrobrás é três vezes maior que o das empresas privatizadas. Além da estabilidade de emprego, os funcionários recebem participação nos "lucros", apesar dos prejuízos recorrentes. Não há mistério na sua motivação. Não bastassem a lentidão na avaliação do preço e a barganha do Congresso, a decisão liminar do ministro do STF Ricardo Lewandowski, questionando o processo de privatização, só prosperou porque o próprio governo fraquejou, criando ambiente para que um

juiz de primeira instância, em resposta a uma ação proposta por um sindicato, suspendesse o leilão.

Liminares fazem parte do jogo. Mas o surpreendente no caso dessa liminar é que o BNDES capitulou sem brigar e suspendeu o leilão na primeira hora, antes mesmo que um recurso tivesse sido tentado. Atitude inédita por parte do banco. E incompreensível, já que as chances de êxito junto ao Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF2) eram imensas, como ficou posteriormente comprovado. O banco, que no passado detinha toda a expertise para avaliar e vender estatais, parece ter perdido a embocadura nos anos do PT no poder. A privatização dará aos consumidores a oportunidade de receber melhores serviços.

Os indicadores de qualidade das controladas pela Eletrobrás são assustadores. A agência reguladora parece que tem mais apetite para fiscalizar quando o controle é privado. Difícil entender como deixou a situação chegar a esse ponto sem intervir. E, se a privatização não sair, a responsabilidade com a população local não será mais da Eletrobrás e sim do poder concedente e da Aneel, que tiveram dois anos para se preparar para essa eventualidade. Mas não se mexeram. E não foi por falta de aviso. E quem sofre com esses desacertos são os consumidores. E os contribuintes, porque a conta vai sobrar para alguém. A eles, as batatas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Distorções da política artificial do óleo diesel

Em política econômica, artificialidades cobram seu preço. Raramente a conta demora a chegar. A intervenção canhestra do governo nos preços dos combustíveis, imposta em maio no calor da paralisação dos caminhoneiros, vai produzindo distorções e mais incertezas. A decisão mais importante foi a de estabilizar preços até 31 de dezembro, com redução de R\$ 0,46 por litro de óleo diesel nos postos de reabastecimento. Para viabilizar a operação, o governo aceitou pagar um subsídio de R\$ 9,5 bilhões para a Petrobrás e para as importadoras. Mas, até agora, a redução dos preços no varejo não passou de R\$ 0,21 por litro, conforme consta de levantamento feito na primeira semana de julho pela Agência Nacional do Petróleo.

As razões pelas quais a redução de preços pretendida foi insatisfatória são mais ou menos conhecidas. Uma delas foi a de que os cálculos prévios do governo para definir o desconto ignoraram a adição de biodiesel, produto derivado do óleo de soja, sempre mais caro. E outra, a de que não há instituição do governo

capaz de fiscalizar em todo o vasto território nacional o cumprimento dessas determinações voluntaristas e de punir eventuais desvios. Foi produzida, ainda, outra distorção.

Como nesta quinta-feira observou o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura Adriano Pires, se o governo não tivesse se metido artificialmente no mercado, os preços nos postos de combustível hoje estariam bem mais baixos, porque as cotações internacionais do petróleo caíram da altura dos US\$ 80 por barril registrados nos dias da greve aos US\$ 72,58 de ontem. Ou seja, a estabilização dos preços em nome da previsibilidade impediu a prática de preços mais favoráveis aos caminhoneiros e ao mercado. Foi ignorado o fato de que petróleo é commodity e, portanto, sujeito não só a períodos de alta, mas também de derrubada dos preços em moeda estrangeira. E tem a tal tabela de fretes, cujas bases foram definidas em medida provisória já aprovada no Congresso, mas sujeita ainda a regulamentação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Até agora, ninguém conseguiu o que, afinal, é "inconsequível", elaborar uma tabela que atendesse às condições de mercado. Por isso, qualquer uma que seja editada estará sujeita a contestações sem fim. As condições das estradas e as distâncias não podem ser unificadas em tarifas uniformizantes. Há caminhões demais e carga de menos. A recessão ou o crescimento econômico mais baixo do que o esperado também aumentou o desequilíbrio. E nisso contribuiu a própria paralisação, que reduziu a produção em maio e junho e, portanto, reduziu o volume de mercadorias a transportar.

Nessa matéria, a nova bomba pode estourar em alguns meses. O subsídio de R\$ 9,5 bilhões cobre apenas o consumo até 31 de dezembro. Depois disso, para onde irão os preços do diesel? Será o momento de mudança de governo, portanto de certa paralisia na tomada de decisões. Em tais condições, os caminhoneiros voltarão a bloquear o transporte de cargas por todo o Brasil?

Mais estragos da greve

Nova dimensão dos estragos produzidos pela paralisação dos caminhoneiros em maio foi divulgada nesta quinta-feira pelo Ipea. O consumo aparente (produção doméstica mais importações, excluídas exportações) de bens industriais caiu nada menos que 8,3% em maio ante abril. A expectativa de que esse tombo venha a ser compensado por aumentos nos meses seguintes já não é tão segura, na medida em que a greve produziu ainda mais incertezas que se conjugaram às que já vinham acontecendo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Denise Luna****Título: ANP não vai definir prazo de reajustes da Petrobrás**

Agência havia sido acusada de interferir na política de preços da estatal; resolução deve trazer normas para estimular competitividade no setor

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) decidiu não interferir na periodicidade do ajuste do preço da gasolina e do diesel no Brasil. A autarquia propôs um debate sobre o assunto em junho por causa da greve dos caminhoneiros, que começou como um protesto pela alta constante do diesel pela Petrobrás. A paralisação de 11 dias no fim de maio provocou desabastecimento no País e motivou a saída de Pedro Parente do comando da estatal. Entre 11 de junho e 2 de julho, a agência recebeu 146 contribuições do setor sobre a conveniência de fixar um prazo para o reajuste dos combustíveis.

Segundo o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, a decisão de não interferir na periodicidade foi tomada com base nas sugestões de consumidores e dos agentes de mercado (revendedores, transportadores e distribuidores), além de estudos feitos pela própria agência. No mercado, a iniciativa da ANP de abrir a discussão sobre o tema foi encarada como uma intervenção na política de preços da Petrobrás, que detém o monopólio do refino no País e desde de julho do ano passado reajusta quase diariamente os preços do diesel e da gasolina.

"O ajuste do preço tem que ser livre, mas vamos tomar algumas medidas para garantir a transparência e a competitividade do mercado", afirmou o diretor, descartando que o debate tenha sido uma tentativa de interferir na política da Petrobrás. "Tudo o que a ANP faz é intervenção, mas é legítima", argumentou, dizendo que, se fosse considerado necessário, a agência teria estipulado prazo para os ajustes.

Oddone informou que a ANP vai elaborar uma resolução para criar mecanismos que assegurem a competitividade do setor de combustíveis, como proibir a divulgação antecipada dos ajustes e a fixação de prazo para que os ajustes aconteçam, a exemplo do que a Petrobrás faz hoje. A previsão é que é a norma entre em vigor em até 60 dias. A resolução deve estabelecer a obrigatoriedade da divulgação de preços efetivos e não dos preços médios, como a Petrobrás faz hoje. "A Petrobrás tem 35 pontos de entrega de combustíveis, quando a gente olha o preço médio da gasolina todo dia, aquilo é preço médio em todos os pontos de entrega no Brasil. É mais transparente que sejam os preços efetivamente praticados", disse, sem dar detalhes de como isso será feito.

A Petrobrás não quis comentar a decisão da ANP. Para não desperdiçar as sugestões recebidas, Oddone informou que encaminhará ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a necessidade de avaliar a estrutura de refino no País. As sugestões relativas à adoção de mecanismos tributários para reduzir a volatilidade dos preços dos combustíveis serão encaminhadas aos Ministérios da Fazenda e de **Minas e Energia**.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: Abiplast prepara consulta ao Cade sobre venda da Braskem

São Paulo — A venda do controle da Braskem para a holandesa LyondellBasell ainda depende de uma série de detalhes, como o resultado da due diligence, que está escaneando cada detalhe da situação financeira e industrial da petroquímica brasileira. Apesar de o contrato entre as duas companhias ainda não ter sido assinado (o que pode acontecer até outubro), a Abiplast, entidade que representa as empresas do setor do plástico, avisa que vai entrar com um pedido junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para ser parte interessada no processo que vai avaliar os impactos do negócio, que deverá gerar a maior empresa petroquímica do mundo.

O presidente da Abiplast e interinamente no comando da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), José Ricardo Roriz Coelho, reclama que pelas atuais regras há hoje uma proteção no mercado de resinas que favorece a Braskem e prejudica o mercado interno. “Ela aumenta seus preços o quanto quer. Hoje a Braskem conta com a ajuda de um imposto de importação elevado para alguns de seus produtos, o que inviabiliza a importação a preços competitivos e ainda conta com regras de antidumping para o PVC importado”, explica.

Para Roriz, a transferência do controle para a LyondellBasell pode representar riscos para os clientes da Braskem. “Estamos preocupados quanto ao futuro do mercado brasileiro caso esse negócio seja concretizado, porque o controle dessa empresa que hoje detém o monopólio poderá passar para as mãos de uma companhia estrangeira”, avalia. Com a venda, a multinacional holandesa passará a ser a única fornecedora nacional de polietileno (PE) e de polipropileno (PP).

O representante do setor, formado por cerca de 12.500 empresas e que emprega por volta de 380 mil pessoas, reclama que hoje a Braskem já tem mantido uma relação delicada com seus clientes. Isso se agravou nos últimos

meses por causa dos aumentos de preço. A empresa é a única produtora de poliolefinas e a principal fabricante de PVC no Brasil.

No final de junho, anunciou um reajuste de 7%, a partir deste mês, para o polietileno (PE). A alta para o polietileno de baixa densidade (PEBD e PEBDL, que inclui o linear) fixou o valor da tonelada em R\$ 500 e do PP e do polietileno de alta densidade (PEAD) em R\$ 600 a tonelada. “A Braskem está ganhando dinheiro absurdamente, enquanto seus clientes passam por condições financeiras difíceis”, diz.

A Abiplast deve aproveitar o aumento dos preços para encorpar sua pauta junto ao Cade. As principais resinas, de acordo com a entidade, têm tido seus preços corrigidos mais intensamente a partir de 2017. Esses reajustes seriam acima da variação das cotações internacionais.

Segundo a associação, desde o início de setembro do ano passado, quando as operações da indústria petroquímica americana apresentavam sinais de recuperação depois da passagem do furacão Harvey, os preços em reais das matérias-primas subiram entre 24,55% (PBDL) e 36,79% (PVC). Nos Estados Unidos, no entanto, os preços recuaram 10,31% (para polietileno de alta densidade referência injeção). Já o polipropileno teve um aumento de 31,28% (PP). Em 2018, informa a entidade, os aumentos nos preços domésticos chegam a 24%.

Atualmente, com a queda da atividade econômica, a capacidade ociosa da indústria de transformação do plástico é de 30%. “Não estamos gerando caixa para pagar a conta. Hoje não temos opção, não temos de quem comprar porque o produto importado, por causa das condições criadas para proteger a Braskem, chega a um preço muito elevado”, analisa o representante da Abiplast.

Jogo

Ao recorrer ao Cade, órgão governamental responsável por garantir as condições de concorrência no mercado brasileiro, Roriz espera mudar as atuais condições do jogo, como a alíquota de importação de 14% e as tarifas antidumping, e assim contar com outros fornecedores em um setor em que a Braskem reina sozinha. O governo brasileiro aplica regras antidumping às importações de PP, PVC e resina PET. No caso do PVC, isso acontece há 28 anos.

“Estamos preparando nossa exposição de motivos e deveremos apresentar as informações necessárias ao Cade para que ele aprecie os possíveis impactos que esse negócio pode ter na indústria de transformação do plástico”, afirma.

Por meio de nota, a Braskem se limitou a comentar que sua política comercial “não teve alterações nos últimos anos. Ela sempre seguiu a relação das referências internacionais de preços nos principais mercados de resinas e do câmbio quando traduzidos em moeda local, como ocorre com qualquer commodity.”

O interesse da LyondellBasell pela Braskem foi confirmado há pouco mais de um mês pela controladora Odebrecht, que estaria em fase preliminar de conversa com a holandesa. Não se sabe ainda se a oferta para aquisição de ações será estendida aos outros sócios da Braskem, em especial a Petrobras. Segundo o que foi informado pelas companhias até agora, a Odebrecht ficaria com uma participação minoritária na LyondellBasell.

Avaliação

A Braskem tem como principais acionistas a Odebrecht, com 50,11% das ações ordinárias e 22,92% das preferenciais, e a Petrobras, com 47,03% e 21,93%, respectivamente. Na última terça-feira, a estatal informou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que os termos e condições de uma possível oferta da LyondellBasell pelo controle acionário da Braskem serão avaliados para que só então a companhia possa decidir sobre o que pretende fazer com sua participação na petroquímica.

A declaração foi feita depois de o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, declarar em entrevista recente à Folha de S. Paulo que a estratégia de venda da participação que tem na Braskem poderá ser reavaliada em caso de transferência do controle da empresa para a gigante holandesa.

Na análise de João Luiz Zuñeda, sócio da MaxiQuim, não há razão para que os clientes da Braskem se preocupem com a possível transferência do controle da companhia para a empresa holandesa. Para o especialista, o negócio não deverá ter impacto nos preços das resinas no mercado interno.

Zuñeda, ao contrário, acredita que a venda da Braskem poderá gerar uma série de benefícios. Tanto no caso da Odebrecht quanto no caso da Petrobras, ambas poderão contar com um reforço de caixa caso a venda aconteça de fato. A estatal tem adotado desde a época do ex-presidente Pedro Parente uma estratégia de desinvestimento e colocado alguns ativos à venda. Para o grupo de Emílio Odebrecht, essa seria uma oportunidade de fazer dinheiro sem se desfazer completamente do negócio, já que passaria a ter uma fatia menor da LyondellBasell.

“O medo do setor plástico talvez seja o de perder um interlocutor com a chegada de um novo controlador”, opina o especialista. Mas, segundo Zuñeda,

os clientes da Braskem poderão se beneficiar, em tese, até mesmo da produção de outras resinas no Brasil com a mudança do controle da petroquímica. “Se o negócio acontecer, começará um novo ciclo para a indústria petroquímica brasileira, com uma empresa nacional, hoje presente também no México e nos Estados Unidos, aumentando o seu alcance para outros mercados importantes”, diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: União deveria pagar por Ceal, afirmam analistas

A União precisa quitar o valor devido a Alagoas, pela federalização da Ceal, distribuidora de energia do Estado, ou pelo menos chegar a um acordo, antes de realizar o leilão de privatização da companhia. A avaliação é de José Roberto Afonso, pesquisador do Ibre/FGV e professor do Instituto de Direito Público (IDP), e de Mauricio Aquino, contador e diretor da Praxis Brasil Consultoria.

A privatização da Ceal está suspensa por uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, em ação movida pelo governo de Alagoas. No centro da discussão está um valor entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 1,7 bilhão que o governo alagoano entende ter a receber e que possibilitaria abater a dívida do Estado com a União.

Segundo os especialistas, a linha de entendimento da União, de que deve fazer o pagamento do montante em aberto com o governo alagoano apenas após a privatização, não procede. Isso porque a própria federalização da companhia já se configurou como uma transferência de controle da empresa, do governo estadual para a Eletrobras.

"A Ceal foi realmente vendida ao governo federal em 1998, em um processo que demorou dois anos, por conta de acertos jurídicos e da situação política do Estado de Alagoas, na época, com salários de servidores atrasados", disse Aquino. "A Ceal não era mais do governo de Alagoas. A Ceal era, e é, da Eletrobras."

Em 1996, quando teve início o processo de desestatização estadual da Ceal, foi acordada a transferência do ativo para a União por R\$ 450 milhões, cifra considerada por consultorias como sendo o valor da empresa, na época. Desse total, R\$ 250 milhões foram adiantados antes do leilão da distribuidora. O restante (R\$ 200 milhões) seria acertado após o leilão da empresa.

O leilão, em 1998, não foi bem-sucedido e a companhia continuou sendo controlada pela Eletrobras. No entendimento do governo alagoano, foi caracterizada então a venda para a Eletrobras, o que implicaria na obrigação da quitação imediata da última parcela do negócio, que a valor de hoje seria de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,7 bilhão. Esse montante significaria abatimento da ordem de 20% da dívida atual do Estado com a União, de cerca de R\$ 7 bilhões.

Para o governo alagoano e os especialistas, o problema é que, se o leilão ocorrer agora, a distribuidora será vendida pelo valor simbólico de R\$ 50 mil, e dificilmente a União quitará o pagamento na proporção do montante previsto no passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: País deve limpar matriz energética a partir do transporte, defende instituto

Limpar a matriz energética mundial com maior participação das energias renováveis é a mais importante estratégia global de descarbonização da economia. Mas no Brasil, com perfil de geração hidrelétrica, o debate adequado deveria ser diminuir a dependência ao petróleo e discutir um projeto de logística limpo e de longo prazo. Aqui, quando o foco é energia, o vilão da mudança climática são os transportes.

"Discutimos muito eletricidade e clima, mas esta é uma agenda mais internacional e tem menos importância para nós", diz André Luis Ferreira, diretor presidente do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema). "No Brasil, transporte é chave neste debate".

O Iema, com sede em São Paulo, tem 12 anos, é conhecido por estudos e dados sobre energia e transporte, e atua no apoio à formulação de políticas públicas.

No Brasil, é sabido, o desmatamento é a maior fonte de emissões de gases-estufa. Mas se a lupa recai sobre a matriz energética, os transportes respondem por 42% das emissões de CO₂ e a geração de eletricidade contribui com apenas 13%.

Se no Brasil o carvão mineral responde por 14% das emissões (fatia que sobe para 46% no mundo), a dependência do petróleo é evidente - 70% das emissões em comparação com 34% no mundo. "Nosso grande desafio é como sair da dependência ao petróleo", continua Ferreira.

Segundo dados de 2016, as emissões de CO₂ da matriz energética foram 424 milhões de toneladas, sendo que transportes responderam por 204 milhões de toneladas de CO₂.

Quando se faz um zoom no setor de transportes, o de cargas e o de passageiros dividem a responsabilidade sobre as emissões. Aqui, de novo, o foco do debate, na opinião de Ferreira, recai apenas sobre o transporte de passageiros. "Há um problema grande na logística que é pouco discutido".

As análises dos técnicos do lema modelam origem e destino das cargas, quais mercadorias, quais os mercados consumidores, quanto segue para o exterior. E também as modalidades de transporte.

"É importante que a sociedade brasileira discuta a logística de transportes do país, com visão de longo prazo. Não há um projeto de Estado de logística no Brasil e não pode ser apenas de governos ou projetos", continua. "Com logística tem que se ter visão de longo prazo, de 30 anos, 40 anos. Não se muda uma matriz de transporte de cargas em três ou quatro anos, mas em décadas", continua. O Brasil deveria ter um plano com horizonte para 2050, defende.

Nesta questão, os gargalos que aparecem estão sempre concentrados no escoamento da produção de grãos, que é real, mas não é o único nó. Caminhões respondem por 59% do transporte de grãos. Mas estes 59% são apenas 6% de tudo o que é transportado por rodovia no Brasil.

Todas as outras cargas que não são grãos, minérios ou combustíveis usam o transporte rodoviário (87%), segundo os dados do lema. "Precisamos de investimentos na rede de transporte para enfrentarmos todos os gargalos logísticos que temos e teremos", diz Ferreira.

Ele critica a forma como os projetos e modais de transporte tomam forma no Brasil. "Tem que ser mais do que um amontoado de projetos", diz ele. "A história do Brasil neste campo é puxada por projetos que nascem do interesse do setor privado, o que é legítimo, mas não pode ser só assim. O problema é não existir visão de Estado, de interesse público. O futuro não pode ser construído só pelo mercado."

Trata-se de um mosaico complexo e de muitas variantes. "Somos reféns dos caminhões", diz. De fato, 70% da carga geral no Brasil é produzida nas regiões Sul e Sudeste e, ao mesmo tempo, as duas regiões são o grande destino das cargas (60%), fatia que sobe para 75% se se considerar o que é exportado pelos portos do Sul e Sudeste.

Estas cargas percorrem distâncias curtas, nestas duas regiões. A dinâmica reduz o potencial de se ter ferrovias no Sul e Sudeste, que têm viabilidade econômica em distâncias mais longas.

"O que se espera é que o caminhão tenha menos relevância, no futuro, do que tem hoje", diz. "Mas mesmo com investimento, não se pode ter a ilusão que o caminhão deixará de ser importante para transportar cargas no Brasil."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Setor privado faz propostas para mercado de carbono

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, recebeu de representantes da iniciativa privada proposta voltada à regulamentação do mercado de carbono. Entre as sugestões apresentadas, está a criação de preço teto a ser negociado pelas empresas brasileiras e a ausência de penalidades a quem não consiga cumprir metas de emissão e, ao mesmo tempo, dependa do mercado internacional.

Organizada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que se define como associação civil sem fins lucrativos, a proposta foi entregue a Guardia ontem. A reunião teve presença de André Lopes de Araujo, presidente da Shell no Brasil - empresa associada à entidade. As petroleiras estão entre as principais emissoras de gases causadores do efeito estufa. Também participaram do encontro executivos da fabricante alemã Siemens e da produtora dinamarquesa de turbinas eólicas Vestas, associadas do CEBDS.

A entidade diz buscar, com a iniciativa, estimular o mercado de carbono, ao fazer com que empresas mais sustentáveis gerem créditos a serem vendidos a grandes poluidores. A ideia é que a velha economia financie a nova. A CEBDS estima que a indústria brasileira tenha potencial para vender mais do que comprar créditos de carbono.

O teto proposto valeria para uma primeira fase de implantação do sistema, com duração de três a cinco anos, e seria de US\$ 10 por tonelada de dióxido de carbono - unidade de referência para o mercado. A justificativa para o limite é dar às empresas "conforto" inicial em relação a possíveis flutuações de valores no mercado.

Segundo a própria entidade, os preços têm atualmente uma ampla faixa de variação pelo mundo - de US\$ 1 a US\$ 139 -, mas apenas 17% das jurisdições

nacionais e subnacionais que adotam a política têm preço inferior ao teto proposto.

Outra sugestão feita pelo conselho para a fase inicial é a ausência de cobranças extras a empresas que descumprirem metas de redução de emissão quando elas têm forte exposição ao mercado internacional ou emitem carbono intensamente.

Para o CEBDS, há necessidade de regras iniciais para a implementação gradual do mercado para que haja "boa compreensão das regras, dos determinantes do preço e das oportunidades de financiamento das reduções de emissões". "Estamos sugerindo que a implementação do mercado de carbono seja feita em etapas. A ideia é que essa primeira fase seja de aprendizado e que moldemos o mercado conforme ele vai amadurecendo", afirmou Laura Albuquerque, assessora técnica do conselho.

Segundo os executivos que participaram da reunião, o Ministério da Fazenda ficou de avaliar a proposta e não deve se encerrar no atual governo. "A precificação do mercado de carbono transcenderá o próximo governo. Quando o Estado coloca formas claras, diretivas e ambiciosas sobre a questão do carbono, ele dá ambição para a indústria. Qual a ambição? Uma indústria de baixo carbono", disse Andre Clark Juliano, presidente-executivo da Siemens.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner | De Brasília

Título: Governo deve anunciar ampliação de despesas

O governo deve promover hoje uma pequena ampliação de despesas no orçamento deste ano. O anúncio deve ser feito com a divulgação do terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, que analisa os dados até junho.

Uma fonte disse que a maior parte do aumento de gastos deve ocorrer em despesas não sujeitas ao teto constitucional, como a capitalização de empresas estatais. Um provável candidato a isso é a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgeprom), que, para que o governo pudesse atender às demandas decorrentes da crise dos caminhoneiros, perdeu recursos que já estavam previstos, e agora a equipe econômica pretende recompor no orçamento de 2018.

Além disso, alguns ministérios devem ter aumento de limite de gastos dentro do pequeno espaço existente no teto de despesas, que era próximo de R\$ 500

milhões. Assim, a tendência ontem à noite, logo após a reunião da junta de execução orçamentária e financeira, era que houvesse uma ampliação de despesas total entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões.

Mas os números ainda poderiam sofrer alterações até a entrevista coletiva que está prevista para ocorrer hoje. Uma possibilidade que estava colocada era que o maior espaço de gastos apareça novamente como reserva de despesa, para ser usado apenas mais à frente - expediente já empregado em outras ocasiões pelo governo neste ano.

A ampliação de margem deve ser possível porque a arrecadação teve performance bastante forte em maio, que cresceu 10,4% acima da inflação ante maio de 2017. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 13 bilhões ante igual período ano passado, puxado por dividendos de estatais, que sozinhos cresceram R\$ 4,8 bilhões. Em junho, mesmo com a greve dos caminhoneiros, o desempenho da receita não foi tão negativo, mas os dados ainda não são conhecidos.

Dessa forma, no último bimestre, o governo teve ingressos de recursos em volumes que superaram os R\$ 6,2 bilhões de sobra fiscal que havia sido apontada no relatório do segundo bimestre e foi consumida para que a equipe econômica quitasse a fatura gerada pelos caminhoneiros. A previsão de receita total para o terceiro bimestre era de R\$ 223,2 bilhões, e a receita administrada para o mesmo período, de R\$ 132,4 bilhões, já descontadas as restituições e incentivos fiscais.

No último relatório bimestral, divulgado em maio, o governo tinha definido um bloqueio de R\$ 9,1 bilhões no orçamento deste ano. Os valores daquele relatório, contudo, não são mais referência por conta das negociações realizadas no fim daquele mês para atender as reivindicações do movimento de paralisação dos caminhoneiros, como a redução dos tributos sobre o diesel, que custou cerca de R\$ 10 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: ANP decide não fixar prazos para reajuste de combustível

Após analisar 146 contribuições de agentes do mercado e da sociedade civil ao longo das últimas semanas, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) descartou fixar uma periodicidade mínima para os reajustes dos combustíveis. O diretor-geral do órgão regulador, Décio Oddone, porém, anunciou ontem algumas medidas para aumentar a transparência dos preços e disse que recomendará ao

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a criação de mecanismos para estimular a entrada de novos agentes no setor de refino.

Uma das principais bandeiras dos caminhoneiros, durante a greve do setor em maio, era o fim dos reajustes diários e uma previsibilidade maior nas revisões dos preços dos combustíveis.

"Não estamos fugindo da raia, deixando de decidir ou regular, mas acreditamos que essas medidas [de promoção da transparência] são mais eficientes que a periodicidade fixa", disse Oddone, ao ser questionado sobre a decisão.

A previsão da ANP é publicar em até 60 dias uma resolução com algumas novidades. Dentre as medidas propostas, as empresas deverão passar a divulgar os preços efetivamente praticados em cada ponto de entrega. A mudança afeta diretamente a Petrobras, que divulga apenas os preços médios nas refinarias.

Os agentes também não poderão mais divulgar antecipadamente a data de seus reajustes, nem adotar uma periodicidade fixa. Com isso, a Petrobras não poderá mais anunciar os reajustes na véspera, como vem fazendo.

"A periodicidade fixa pode criar condições para que medidas preventivas sejam tomadas por outros agentes, em prejuízo ao consumidor", disse.

A ANP também encaminhará ao governo algumas recomendações. Uma delas será informar o Cade sobre a necessidade de medidas para estimular a entrada de novos agentes no refino. A agência também encaminhará aos ministérios da Fazenda e de **Minas e Energia** contribuições sobre a adoção de mecanismos tributários de amortecimento dos reajustes.

Oddone também anunciou ontem que a primeira parcela de pagamento à Petrobras e importadoras, relativa ao programa de subvenção nos preços do diesel, deverá ser efetivada até o fim do mês.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Saudi Aramco diversifica

A petrolífera árabe Saudi Aramco informou que está em negociações iniciais para comprar uma participação na Saudi Basic Industries (Sabic), uma das principais petroquímicas do mundo. A aquisição pode impulsionar as operações de refino da petrolífera estatal em um momento em que o futuro de sua

abertura de capital permanece indefinido. Um acordo permitiria à Saudi Aramco expandir de forma expressiva suas operações petroquímicas e avançar em sua meta de se tornar uma empresa moderna e integrada de energia, como a Exxon Mobil e a Royal Dutch Shell. A transformação da Aramco está vinculada com o plano de longo prazo de diversificação da economia saudita, um esforço liderado pelo príncipe Mohammed bin Salman que quer reestruturar a economia dependente do petróleo do reino ao investir em outros setores, como o petroquímico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Cemig busca sócios para investir em geração distribuída

A companhia de energia elétrica de Minas Gerais (Cemig), controlada pelo governo do Estado de Minas, está em busca de sócios para investir em geração distribuída, um negócio ainda inédito para a empresa.

As primeiras parcerias já começaram a sair do papel. São fazendas de painéis solares que estão sendo instaladas em três municípios de Minas: Janaúba, Manga e Corinto. A de Janaúba, no extremo norte do Estado, deve ficar pronta até novembro; as outras virão em seguida.

Para levar adiante esses projetos, a Cemig pôs em operação a Cemig Geração Distribuída. É uma empresa da estatal mineira que já existia, mas que até então estava inativa. A Cemig GD ganhou novo estatuto, estrutura e direção próprias. Seu plano de negócios inclui a construção de 600 usinas, prioritariamente solares nos próximos cinco anos em Minas.

O modelo de geração distribuída que a Cemig começa a testar é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e permite que consumidores ou pequenos empreendedores invistam em estruturas próprias para gerar energia.

O principal atrativo desse modelo é o custo menor da eletricidade. A Cemig estima que o consumidor que adquirir energia desses futuros empreendimentos pagará uma conta 15% a 20% menor do que a atual.

O negócio tem como alvo consumidores de pequeno porte como farmácias, padarias, lojas, pequenas fábricas, agências bancárias, supermercados, entre outros. Eles mesmos poderão se unir, desenhar um projeto de energia solar para abastecer seus negócios em associação à Cemig.

Para a direção executiva da companhia esse é um negócio que tem grande potencial.

"Começamos a operar na geração distribuída por meio da nossa empresa Efficientia, mas vimos que seria melhor ter uma empresa dedicada a esse assunto porque a possibilidade de crescimento é imensa", disse ontem em entrevista ao **Valor**, o presidente da Cemig, Bernardo Salomão.

Em Minas Gerais há 8 milhões de consumidores de energia em baixa tensão, os quais poderiam ser beneficiados por modelo de geração, segundo a Cemig. A geração distribuída permite preços menores ao consumidor porque é um modelo que, em tese, não tem inadimplência e porque sobre a energia produzida dessa forma não são cobrados encargos regulatórios, como subsídios.

Pelos estudos da Cemig, ao longo de cinco anos, os investimentos totais para 600 usinas serão de cerca de R\$ 6 bilhões

A opção da companhia por energia solar também ajuda a baratear os custos porque os preços das placas fotovoltaicas vêm numa tendência de queda nos últimos anos. Além disso, o Estado de Minas Gerais tem áreas com altos índices de insolação.

Para a Cemig GD não interessa projetar e gerir sozinha as fazendas solares. A empresa prevê ficar com até 49% de cada empreendimento. O restante com sócios.

Há cerca de dois meses, a elétrica - controlada pelo Estado de Minas Gerais - lançou um edital para atrair possíveis sócios para os novos projetos da Cemig GD. "Nós já temos aqui mais de 100 projetos que estão sendo avaliados e três deles já estão aprovados e em processo de construção", contou Salomão.

As primeiras dessas usinas solares têm custo de construção e instalação avaliado entre R\$ 14 milhões e R\$ 22 milhões. Os primeiros sócios dos três projetos iniciais são investidores, que apostam no retorno do negócio. O retorno sobre investimento é da ordem de 10%, segundo a empresa.

"Esse é o novo negócio que surgiu no mercado brasileiro por força da resolução 482 da Aneel e muitos investidores e mesmo empresas se deram conta que teriam condição de fazer esse tipo de usinas, eólica ou solar, de até 5 MW", afirma o executivo.

Essas usinas ficam distantes do local de consumo; a energia por elas gerada entra da rede da própria Cemig mas os consumidores pagam um valor inferior do que a cobrada pela distribuidora.

Em Minas Gerais há um incentivo extra para esse nicho: isenção de ICMS na energia gerada por empreendimentos solares de até 5 MW. "Apareceram muitos investidores interessados nesse mercado e diante disso a Cemig está convidando esses investidores a se associarem à nós", afirma Salomão. A ambição da Cemig é ser líder no ramo de geração distribuída.

Pelos estudos da Cemig, ao longo de cinco anos, os investimentos necessários totais para as 600 usinas serão de cerca de R\$ 6 bilhões. Parte virá da companhia, parte dos sócios. Mas a direção da Cemig leva o projeto ainda com muita cautela. E diz que estuda com muita atenção a viabilidade de cada projeto que chega à empresa.

"O importante disso é que abre para consumidores de baixa tensão a oportunidade de redução de custos de energia, dependendo de cada projeto, mas na ordem de 15% a 20%", disse Bernardo Salomão.

Na Cemig, uma das ideias que norteiam a aposta nesse novo negócio é que se a empresa não entrar nisso sofrerá em uma concorrência cada vez maior de empresas do setor elétrico ou outros empreendedores que poderão apostar massivamente nesse forma mais barata de geração e atrair um número crescente de consumidores que até então dependiam exclusivamente da distribuição convencional feita pela própria Cemig.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza e Rodrigo Polito | De Belo Horizonte e do Rio

Título: Leilão da subsidiária de telecom tem 17 interessados

A estatal mineira de energia Cemig espera obter um valor bem superior ao mínimo estabelecido para a venda da sua controlada Cemig Telecom. O leilão foi remarcado de julho para agosto. O presidente da estatal, Bernardo Salomão, disse ontem ao **Valor** que há mais de 17 interessados pelo ativo.

"O interesse é surpreendente e eu já recebi algumas dessas empresas e elas têm demonstrando que vão realmente entrar no leilão", afirmou, ontem, o executivo. O valor mínimo fixado para o ativo é de R\$ 367 milhões. "Nossa expectativa é conseguir um valor substancialmente maior."

A Claro, do grupo mexicano América Móvil, informou esta semana que avalia a empresa. Salomão confirmou o interesse também da Telefônica / Vivo e da TIM. Ele não quis nomear outras empresas com quem tem conversado sobre o leilão. Mas disse que são os principais operadores de redes e as empresas de telecom.

"Quase que abrange todos aqueles que operam no Brasil no mercado de Telecomunicações, interessante esta questão da Cemig."

Colocada à venda em meados do ano passado, a Cemig Telecom atua em pouco mais de 100 municípios, em sete estados. Minas Gerais concentra a maior parte deles, mas a empresa está presente, também, em Goiás, Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Atende grandes operadoras, no serviço corporativo privado e público e provedores de serviço de internet (ISPs, na sigla em inglês).

A abrangência da rede explica em boa parte o interesse. Claro e TIM, por exemplo, ambas têm ampla rede sem fio, mas buscam ampliar a infraestrutura. A Claro tem um trunfo que é a rede da Net Serviços, mas está fundamentalmente em cidades com maior número de habitantes.

Até 2015, quando teve início a reestruturação das operações da Cemig Telecom, mais de 60% da receita eram preenchidos pelas grandes operadoras de telefonia. A companhia então apostou no crescimento dos segmentos de clientes corporativos e de ISPs. Em 2014, essas duas áreas respondiam por 26% e 4%, respectivamente, da receita da controlada de telecomunicações.

De acordo com o resultado da Cemig Telecom de 2017, cada um dos três segmentos respondem por cerca de um terço da receita da empresa. Os ISPs representaram 36% da receita, enquanto o segmento corporativo preencheu 35% e o negócio voltado para as grandes operadoras, 26%.

Em 2017, a companhia investiu R\$ 40 milhões, valor 4% inferior ao ano anterior. A receita líquida da Cemig Telecom em 2017 alcançou R\$ 123,2 milhões, com crescimento de 20% em relação ao ano anterior. Na mesma comparação, porém, o lucro recuou de R\$ 10 milhões para R\$ 3,1 milhões, explicado pelo aumento das despesas financeiras, pelo resultado não operacional e por fatores não recorrentes. O número de clientes cresceu de 236, em 2014, para 1.173, no fim do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Conflito sobre GSF gera mal-estar entre CCEE e BTG

Uma petição ajuizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no processo aberto pela comercializadora do BTG Pactual para conseguir receber os créditos a que tem direito nas liquidações do mercado à vista criou

um mal-estar entre a entidade, o banco, e a associação que representa as comercializadoras de energia, a Abraceel.

O documento, arquivado em 29 de junho, rebate a liminar obtida pelo BTG Pactual para passar na frente nas liquidações. As operações carregam uma inadimplência que já chegou a R\$ 6,4 bilhões relacionada às liminares das hidrelétricas que entraram na Justiça para liminar os efeitos do déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês).

Até a liquidação das operações do mercado à vista de maio, concluída na semana passada, o BTG era o maior credor da CCEE, com cerca de R\$ 1,1 bilhão a receber. Como muitos agentes, principalmente as termelétricas, têm decisões judiciais que permitem "furar a fila" e receber na frente dos outros, o banco estava no grupo dos credores que não receberam mais do que 10% do que tinham direito no primeiro semestre do ano.

A maior parte da posição credora do banco na CCEE se deve à estratégia de comercialização. Como o preço de energia no mercado spot cresceu consideravelmente no segundo semestre do ano passado, o BTG teve um faturamento elevado com a venda de energia. Uma fatia menor dos créditos foi comprada de outros agentes também credores com desconto, justamente pela incerteza sobre quando seria feito o pagamento.

Na petição, a CCEE criticou a prática do banco de adquirir créditos, alegando que a estratégia do BTG "revela-se como mais um dos investimentos da embargada, sendo a medida liminar pretendida nada menos que um verdadeiro instrumento comercial que, a despeito das regras do setor, financiará sua atividade lucrativa"

Outro problema foi a insinuação de que a Abraceel teria favorecido o banco em detrimento de outros associados que não têm liminares semelhantes, pelo fato de que um dos sócios do banco é também vice-presidente do conselho da associação. O favorecimento teria acontecido na discussão sobre as mudanças nas regras de rateio da inadimplência do mercado à vista, sobre a qual a associação se manifestou contrariamente.

O tom da peça, que é assinada pelo escritório Tortoro, Madureira e Ragazzi Advogados, foi considerado "exageradamente agressivo" e "inadequado" por advogados ligados ao setor elétrico ouvidos pela reportagem, e acabou sendo motivo de uma reunião entre os conselhos da CCEE e da Abraceel, realizada na quarta-feira. O **Valor** apurou que os conselheiros da entidade avaliaram que a petição foi ajuizada de forma equivocada pelos seus advogados, e pediram desculpas à associação e ao banco.

Ontem, a CCEE publicou uma retratação, afirmando que as opiniões expressadas nas pelas processuais "não representam o entendimento desta instituição sobre a relação entre a Abraceel e o Banco BTG Pactual, até porque não cabe à operadora do mercado tecer considerações dessa natureza, em especial quanto à governança das associações".

Procurados, BTG Pactual, CCEE e Abraceel disseram que não iriam comentar o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: CVM pede novas explicações à State Grid sobre CPFL

A área técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pediu que a State Grid justifique as alterações nas premissas utilizadas no cálculo do preço por ação da CPFL Renováveis, no contexto da oferta pública de aquisição de ações (OPA) obrigatória por conta da compra da CPFL Energia.

Em manifestação à qual o **Valor** teve acesso, a superintendência de relações com empresas (SEP) da CVM disse entender que o documento deveria ter "conteúdo objetivo, claro e suficiente", e pediu a exclusão de cenários de preços calculados pela State Grid que não seriam utilizados para justificar a OPA. Além disso, os técnicos da autarquia pediram justificativas para praticamente todas as alterações feitas nas premissas utilizadas na conta que chegou ao preço oferecido.

A State Grid apresentou, no fim de junho, uma nova demonstração justificada de preços subindo a oferta de R\$ 12,20 por ação para R\$ 13,81. O novo documento atendeu uma demanda do colegiado da CVM, que rejeitou explicações apresentadas pela chinesa no embate com os minoritários, que já se arrasta há mais de um ano.

Os minoritários foram à CVM no ano passado questionar o valor proposto inicialmente, e a autarquia abriu um processo para verificar se havia tratamento igualitário aos sócios.

Nessa nova justificativa do preço, a CVM exigiu que a chinesa utilizasse a metodologia de Ebitda (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) proporcional para comparar CPFL Energia com CPFL Renováveis.

O valor proposto pela State Grid, de R\$ 13,81, contudo, ficou abaixo do preço que a área técnica da CVM tinha calculado usando a mesma metodologia, de R\$

17,64. O motivo disso, explicou a chinesa, foi a atualização e correção de algumas das premissas utilizadas pelos técnicos da autarquia.

Os minoritários, então, enviaram uma carta à CVM questionando as alterações feitas pela State Grid, como o uso de dados gerenciais do balanço da CPFL Energia no lugar dos números seguindo os padrões contábeis internacionais (IFRS). Eles também alegaram que o cálculo não considerou diferenças entre as companhias, como tributação, custo de dívida e prazos das concessões.

Para evitar novo impasse, os acionistas defenderam ainda que a CVM pedisse que a chinesa alterasse a metodologia do preço, passando a usar o valor das ações da CPFL Renováveis na bolsa como referência, a mesma forma que teria sido usada pela chinesa para sustentar o preço pago pela CPFL Energia, de R\$ 25 por ação. Segundo eles, se o mesmo prêmio aplicado à cotação média da CPFL Energia nos 60 pregões anteriores à transação fosse aplicado às ações da CPFL Renováveis, o preço seria de R\$ 16,74.

A State Grid, em seguida, rebateu os questionamentos feitos pelos minoritários. Em documento arquivado na segunda-feira na CVM, a chinesa defendeu as premissas utilizadas nas contas, e disse ainda que a elaboração da proposta de compra da CPFL Energia, em 2016, não teve uma "preponderância" de métodos usados no cálculo. Segundo o documento, os métodos de Ebitda proporcional e valor de mercado foram "igualmente usados em consideração" durante as negociações privadas.

A CVM, então, notou uma incoerência da chinesa. No documento publicado hoje, a área técnica lembra que, na primeira demonstração justificada de preços, a companhia dizia que o método de Ebitda proporcional tinha sido usado para "verificar a consistência do preço negociado" com base no valor de mercado da companhia.

Os técnicos da autarquia pediram que a chinesa justifique como pode ter sido atribuído ao método de Ebitda proporcional "o mesmo grau de importância atribuído ao valor de mercado das ações da CPFL Energia", considerando o que a primeira demonstração de preços dizia.

Outro pleito da CVM foi em relação ao uso de dados gerenciais no lugar dos dados IFRS. A autarquia pediu que essa decisão seja justificada, "em termos de coerência metodológica", uma vez que a companhia já chegou a encaminhar à CVM uma planilha que contém as projeções de Ebitda da CPFL Energia no padrão IFRS.

A State Grid tem até 27 de julho para se manifestar novamente.

Procurada, a chinesa disse que não iria comentar o estágio atual do processo, pois a CVM não chegou a uma decisão final.

MME / ASCOM .